

UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DENTRO DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS RURAIS DE ALEGRETE-RS

Taiz Vieira de Oliveira

Instituto Federal Farroupilha – Campus Alegrete
taizbio2013@gmail.com

Mirian Marchezan Lopes

Instituto Federal Farroupilha – Campus Alegrete
mirian.marchezan@iffar.edu.br

Resumo: A Educação Ambiental (EA) consiste nos processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores, conhecimentos, habilidades e competências voltadas à conservação do meio ambiente. É fundamental que a educação seja voltada para pensar e agir respeitando as mudanças ambientais e preservando o patrimônio ambiental e cultural. O objetivo do presente estudo foi identificar se constam nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas rurais, que pertencem ao município de Alegrete-RS, as temáticas referentes à EA e, se constam, quais são e de que forma estão organizadas. Foram analisados os PPPs de oito escolas rurais no ano de 2022. Constatou-se que todas as escolas investigadas mencionam a EA em seus PPPs e que todas promovem o tema em forma de projetos. Apenas duas escolas afirmam que seus projetos são interdisciplinares. Os projetos não deixam explícito as questões ambientais locais, como a desertificação e queimadas, mesmo em regiões que tenham sua biodiversidade afetada por alguma dessas questões. Não foi possível identificar como as escolas estão efetivando esses projetos, pois não apresentam a quem compete promover e gerir essas ações. Para desenvolver a EA nas escolas, é importante que os PPPs apresentem o caráter interdisciplinar da EA, lancem propostas inovadoras que abordem as problemáticas locais e apontem como os projetos serão colocados em prática no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Projeto Político Pedagógico, Escola Rural.

1. Introdução

A Educação Ambiental (EA) tem por finalidade conscientizar sobre a importância de preservar o meio ambiente para as futuras gerações. A escola do campo que ocupa papel de destaque na formação da sociedade, sendo um espaço de diversidade e construção de valores sociais, tem a possibilidade de fomentar ações positivas de sustentabilidade. Com o agravamento da degradação ambiental nos últimos anos, se faz necessário repensar o papel da escola perante esse problema. Segundo a Lei nº 9795/1999, Art.2º da Política Nacional de Educação Ambiental, a EA é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo (BRASIL, 1999).

Além da conscientização, é da escola a responsabilidade de construir conhecimentos, habilidades, atitudes e competências sobre o tema. Segundo Moreira (2012), é indispensável que as escolas ao construir suas ações tenham conhecimento sobre os processos educativos e organizacionais, conheçam o público a ser impactado, para assim selecionar as diretrizes e práticas mais adequadas, beneficiando muito mais o estudante e facilitará a aprendizagem.

Para Moreira (2012), a escola deverá ser capaz, mesmo diante de tantos desafios, de desenvolver junto ao aluno valores ligados à preservação do ambiente, senso de responsabilidade e consciência crítica. Educando-os para pensar e agir respeitando as mudanças ambientais e preservando o patrimônio ambiental e cultural.

Uma questão relevante é a legislação, há um distanciamento entre o que a lei apresenta e sua efetiva aplicação, sobretudo no que se refere às dificuldades encontradas por políticas institucionais e movimentos sociais voltados à consolidação da cidadania entre segmentos sociais excluídos. Embora seja relevante a EA, ela vem perdendo espaço no currículo escolar. O que se vê é um declínio crescente desse tema nos documentos oficiais. Ao fazer a análise da construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Andrade e Piccinini (2017) constataram que o tema é novamente tratado como tema transversal, sob o discurso de instigar a repensar novas práticas, aproximando o homem da sustentabilidade e do ambiente. A EA é pouco discutida e perdeu espaço quando comparado ao conteúdo descrito em outros documentos de igual importância, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), esse último substituído pela BNCC.

Os PCN apresentavam temáticas da EA em três volumes, são eles: Ciências Naturais, Meio Ambientes e Temas Transversais. Segundo Branco *et al.* (2018), esses documentos tratavam de questões importantes, urgentes e presentes na vida cotidiana. Eles reafirmavam o caráter transversal e interdisciplinar da EA. Isso poderia permitir ao aluno compreender a relevância das questões ambientais e estimular o desenvolvimento de projetos ambientais nas escolas.

Outro documento importante é o Projeto Político Pedagógico (PPP). Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) o PPP serve para nortear as práticas pedagógicas na escola. Dessa forma visa-se identificar as ações da escola na conservação, recuperação e melhoria do ambiente. Segundo Libâneo (2004), o PPP caracteriza a escola, ele é construído a partir da identidade da comunidade em que a escola está inserida, mas atendendo às exigências sociais e legais do sistema de ensino. Tem caráter educativo e nele deve conter as diretrizes que irão basear os planejamentos dos professores e as ações que a escola irá desenvolver com os alunos.

O objetivo do presente estudo foi identificar se constam nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas rurais, que pertencem ao município de Alegrete/RS, as temáticas referentes à EA e, se constam, quais são e de que forma estão organizadas. A busca pela preservação dos recursos naturais, pela conservação e sustentabilidade deve estar presente nos PPPs das escolas. Cabe à escola discutir e direcionar a atuação para as questões ambientais ao construir o PPP. Dessa forma, será possível tornar a escola um espaço de discussão de ideias, promoção de iniciativas, aprimoramento da população quanto a sua responsabilidade ambiental e social, pois depende da sociedade atual à preservação dos recursos a serem usados pelas gerações futuras.

Mediante tudo que foi exposto surgiu a necessidade de compreender de que forma a escola aborda a EA, como é promovida, quais são as temáticas trabalhadas. A partir dos presentes problemas ambientais que desequilibram os ecossistemas,

consomem e degradam os recursos naturais e agravam a saúde da população do planeta, cabe à escola a promoção de ações que busquem a mudanças de hábitos, que garantam a existência decente e equilibrada da sociedade.

Logo, essa pesquisa destaca o conceito de EA, descreve o que é necessário num PPP que contemple a EA e analisa a EA nas escolas do campo.

2. A Educação Ambiental no contexto educacional

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, atitudes e competências voltadas para a conservação e sustentabilidade do meio ambiente e que garantem uma vida digna são os valores que fundamentam a Educação ambiental (BRASIL, 1999). Essa definição é essencial quando pensamos em gerir os recursos naturais, ao mesmo tempo garantir que todos tenham direito ao mínimo existencial e compreender qual o papel da EA nesse processo. Esses pressupostos foram descritos também pela Constituição Federal de 1988 que declara:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
[...]

VI - Promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988, p.177).

A Educação Ambiental começa na escola e esses espaços devem desenvolver projetos e promover diálogos que possibilitem ações positivas de enfrentamento à crise do consumo predatório e da devastação das riquezas naturais. Não só a lei brasileira aponta que a educação pode contribuir para a construção de sociedades sustentáveis, mas diversos documentos, como vemos em:

A lei reafirma o direito à educação ambiental a todo cidadão brasileiro comprometendo os sistemas de ensino a provê-lo no âmbito do ensino formal. Em outras palavras, poderíamos dizer que toda(o) aluna(o) na escola brasileira tem garantido esse direito, durante todo o seu período de escolaridade (UNESCO, 2007, p. 32).

Com base nisso precisamos implementar ações que viabilizem essas políticas educacionais. Garantir que a escola seja um espaço de discussão e promoção de projetos que busquem minimizar os impactos negativos causados ao planeta. A Educação Ambiental nas escolas públicas do Brasil enfrenta diversos desafios. De acordo com Carneiro *et al.* (2016):

Implementar a Educação Ambiental nas escolas tem se mostrado uma tarefa exaustiva. Existem grandes dificuldades nas atividades de sensibilização e formação, na implantação de atividades e projetos e, principalmente, na manutenção e continuidade dos já existentes.

Segundo Loureiro e Lima (2012), são muitas as dificuldades enfrentadas pelos professores, que inviabilizam o desenvolvimento adequado da EA nas escolas, tais como: professores que não sabem trabalhar de forma interdisciplinar como sugerem os documentos oficiais, com falta de tempo para planejar, excesso de trabalho, sem apoio da direção da escola e do poder público, falta de continuidade dos projetos, indisciplina dos alunos e a carência de conhecimento sobre o tema.

A EA tem a finalidade de despertar no estudante o interesse em adquirir novos saberes e assim valorizar as riquezas naturais, além de ter consciência de sua responsabilidade com o Meio Ambiente, mas isso só é possível quando o aluno se dispõe a aprender. Assim, cabe aos educadores buscar alternativas no ensino da EA, que afirmem o compromisso da escola com a formação ambientalmente responsável desses discentes. Esse ensino precisa estar de acordo com as especificidades locais, ser adequado às problemáticas do ambiente e promover o pensamento crítico de caráter emancipatório, com consciência e ética.

Com relação à escola do campo, que é o objeto desse estudo, as questões ambientais são ainda mais urgentes. Segundo Caldart (2009), os alunos das escolas do campo não conseguem relacionar o que aprendem sobre EA na escola com as atividades diárias. Isso se deve às práticas e as propostas pedagógicas realizadas no interior das escolas do campo que não trazem a conscientização pertinente ao indivíduo, não provocam indagações ou permitem olhar de outra forma para os alunos e para a própria realidade das escolas do campo. De acordo com a LDB:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p.10).

Considerar que a escola do campo atende alunos com necessidades e anseios diversificados é indispensável, pois os obstáculos na educação rural são muitos. Entre os obstáculos citados por Bonmann (2015, p.18) estão:

- insuficiência e precariedade das instalações físicas da maioria das escolas;
- dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar;
- falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade;
- falta de conhecimento especializado sobre políticas de educação básica para o meio rural, com currículos inadequados que privilegiam uma visão urbana de educação e desenvolvimento;
- ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais;
- predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade;
- falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais;
- baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série;
- baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os que atuam na zona urbana;

- necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas e de implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural.

Muitos são os problemas ambientais vivenciados por essas comunidades rurais, dentre eles, a falta de saneamento básico, a inexistência de coleta seletiva, a caça ilegal, o plantio de monoculturas e o uso de agrotóxicos ilegais, o desmatamento, as queimadas, entre tantos outros. Mesmo diante de tantos dilemas é possível promover ações que podem ser desenvolvidas nesses espaços a fim de melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade nesses locais. Segundo Trinchão *et al.* (2022, p. 107):

A trajetória da Educação do Campo no Brasil é demarcada por lutas e também por injustiças e descasos por parte do poder público. Entretanto, conquistas relevantes foram adquiridas e outras estão sendo reivindicadas, como por exemplo, o desenvolvimento de políticas públicas e de programas institucionais que apoiem o desenvolvimento local e sustentável, desde a educação básica até ao incentivo e implementação de cursos de nível superior voltados ao trabalho no campo, em diversas áreas, a fim de desacelerar o êxodo rural, valorizando a cultura e as potencialidades que o campo tem a oferecer.

Frente a tantos desafios, a escola precisa promover a mudança de pensamento, o respeito aos recursos naturais, ações de mitigação dos impactos ambientais, o desenvolvimento sustentável, uma existência social digna e um planeta ecologicamente equilibrado. A escola é um local de referência para as pequenas comunidades, principalmente nas áreas rurais, e a EA cumpre um papel importante quando pensamos em ressignificar o espaço escolar. Trajber e Sato (2010) consideram espaços educadores sustentáveis aqueles que têm a intencionalidade pedagógica de se constituir em referências concretas de sustentabilidade socioambiental. Isto é, espaços em que há uma relação equilibrada entre natureza e sociedade, em que existe uma colaboração entre natureza e comunidade, em que haja respeito com o ambiente e com os seres vivos.

A base para a construção de uma escola sustentável consistente é a elaboração de um PPP que promova a valorização das riquezas naturais, com metas, diretrizes e objetivos que visem o pleno desenvolvimento do estudante. Nesse contexto é fundamental que ele seja construído em colaboração com professores e comunidade escolar.

3. O Projeto Político Pedagógico e a inserção da Educação Ambiental

Libâneo (2004) define o Projeto Político Pedagógico (PPP) como o documento que descreve e caracteriza objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a serem desenvolvidos na escola, pois expressa a cultura desta, imbuída de aspectos ideológicos, princípios morais, significações, questões reflexivas e tomada de decisões das pessoas que participam da sua elaboração.

Com a mobilização da escola e a organização de um PPP que contemple as questões ambientais, possibilitará aos estudantes desenvolver projetos sustentáveis que beneficiem a comunidade escolar, além disso, construirá conhecimentos, valores e experiências, que capacitará os estudantes a solucionar os problemas ambientais

atuais. Os professores podem aproveitar o contato com os alunos para ampliar as discussões e buscar construir projetos que ampliem o conhecimento e a ação dos estudantes.

Segundo Effting (2007), devemos compreender que a EA é continuada, ela não acaba ao sair do portão da escola, ela precisa integrar a vida da sociedade não somente na educação formal, mas além disso, na vida do aluno, no cotidiano, nas suas escolhas e na sua forma de viver.

O Projeto Político Pedagógico consiste no documento que busca um rumo e uma direção para a escola. Nele estão os planos, objetivos, metas a serem alcançados, além disso é um compromisso firmado entre professores, direção e comunidade escolar que objetiva procurar soluções para os problemas e dificuldades enfrentados pela escola (Veiga, 2002).

O PPP define as ações que permitem que a escola exerça sua autonomia e desempenhe suas funções com qualidade. Nesse sentido, Miotto *et al.* (2018) infere que deve constar nesses documentos que norteiam a educação as concepções ambientais da comunidade, as questões ambientais que mais impactam no entorno e as discussões e reflexões necessárias para que os sujeitos envolvidos possam desenvolver o enfrentamento e a emancipação frente a estas questões.

Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999b), a EA é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. A Brasil também legisla que são princípios básicos da EA:

- I – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.
- II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.
- III – o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV – a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V – a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI – a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII – a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII – o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL, 1999b, p. 2)

Os princípios da EA desenvolvem valores ligados à preservação do ambiente, senso de responsabilidade e consciência crítica. Diante disso, a escola precisa deixar claro, dentro do PPP, quais as ações que irão garantir a efetivação do tema.

Quanto à articulação da EA, ao ser trabalhada de forma interdisciplinar se torna ainda mais relevante. Assim, permite a integração de diferentes áreas de conhecimento para abordar os desafios ambientais de forma mais ampla e profunda.

A interdisciplinaridade potencializa que o conhecimento seja construído, durante a colaboração de professores formados em diferentes áreas do conhecimento, seja integral, dialogado e contemple diferentes campos de aprendizagem (Lima, 2022). Conforme Vieira *et al.* (2018, p.8):

[...] trabalhar educação ambiental de forma interdisciplinar - através da inserção da compreensão da importância das plantas medicinais como meio de conscientização ambiental que permita a apropriação e a associação de

conhecimentos científicos e populares - é ultrapassar barreiras cristalizadas pelo paradigma cartesiano, provocando e despertando os estudantes para a condição de cidadãos críticos, participativos e conscientes que buscam o equilíbrio entre sociedade e natureza. Além disso, integra a escola e a comunidade, agrega conhecimento.

A EA interdisciplinar possibilita que os estudantes entendam a complexidade das questões ambientais a partir de diferentes perspectivas. Ao integrar diferentes disciplinas, como Ciências, Geografia, Biologia, Química, Matemática, História, entre outras, os estudantes adquirem uma visão mais ampla e integrada dos problemas ambientais e das possíveis soluções. Assim, deve estar presente nos PPPs, por meio de uma gestão democrática, participativa e adequada às vivências locais. Com base no estudo de Bordin e Ott (2021, p. 1):

A identificação e proteção de áreas prioritárias para conservação é uma das principais ferramentas utilizadas atualmente para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais. A estratégia, amplamente ancorada na Biologia da Conservação, envolve princípios de diferentes áreas do conhecimento, mostrando-se bastante interessante como tema interdisciplinar de ensino.

A abordagem interdisciplinar incentiva o engajamento ativo dos estudantes em relação às questões ambientais. Eles são encorajados a realizar pesquisas, projetos práticos, investigações de campo e ações concretas que estejam diretamente ligadas aos desafios ambientais. Isso promove um aprendizado significativo, pois os estudantes se tornam agentes de mudança, capazes de aplicar o conhecimento adquirido na resolução de problemas reais.

Nesse sentido, é crucial que os problemas ambientais locais sejam incorporados nos PPPs das escolas. Ao abordar os problemas ambientais específicos de uma determinada comunidade ou região, é possibilitado tornar o aprendizado mais relevante, além de empoderar as comunidades locais e promover uma compreensão contextualizada.

Ao se identificar com as questões discutidas, os estudantes poderão se tornar agentes de mudança, engajando-se em projetos de sustentabilidade, sensibilização pública, ações de conservação, entre outros. Dessa forma, a EA não se limita apenas à teoria, mas proporciona aos estudantes ações individuais e coletivas que podem ter um impacto direto na resolução dos problemas ambientais em sua própria comunidade.

Os projetos como, por exemplo, hortas e plantas aromáticas é uma maneira altamente eficaz de engajar os alunos na preservação do meio ambiente. Essas iniciativas oferecem uma abordagem prática e vivencial, permitindo que os estudantes desenvolvam um senso de responsabilidade e conexão com a natureza. Além disso, proporcionam uma aprendizagem significativa e duradoura. Eles aprendem não apenas os conceitos teóricos, mas também adquirem habilidades práticas, como trabalho em equipe, liderança, paciência e perseverança.

Atividades práticas despertam o interesse e a curiosidade dos estudantes, tornando o aprendizado mais divertido e envolvente. Segundo Moura e Gentil (2021,

p. 8), ao trabalhar com o projeto de plantas indicadoras no Ensino Fundamental, observou que:

Devido ao elevado percentual de estudantes que compreenderam os temas abordados nas oficinas, pode-se dizer que os assuntos foram transmitidos com clareza, sendo viável a sua aplicação no ensino fundamental. Isso pode ter ocorrido devido à exposição dos conceitos juntamente com fotografias, tornando a explanação mais acessível ao público. Desse modo, conseguiram relacionar a importância das plantas indicadoras para a conservação ambiental.

Ao trabalhar a EA dessa forma, estamos contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade do nosso planeta. Segundo Silva *et al.* (2021, p. 3):

[...] a horta na escola é de suma importância, pois ela está definida a partir do momento em que podemos reproduzir os fenômenos da natureza e as transformações produzidas pelo homem. Ela enriquece a aprendizagem, podendo transformar-se em um laboratório vivo, com movimentos e interações ecológicas.

Mendes *et al.* (2015) após desenvolver o projeto de Coleta seletiva, constatou que. Os professores, alunos e demais pessoas envolvidas mostram-se conscientes de que pequenas mudanças de atitudes dos seres humanos podem contribuir com a preservação do nosso planeta. Ele percebeu que os alunos mudaram o comportamento, suas atitudes e compreensão do quanto é necessário e urgente cuidar da preservação do meio ambiente para que, num futuro bem próximo, não venhamos perder a qualidade de vida e acabar com o nosso planeta.

Muitas são as vantagens de se trabalhar a EA por meio de projetos, porém é essencial definir claramente quem será responsável pela sua execução. Isso inclui identificar os professores ou equipes específicas encarregadas de liderar e supervisionar as atividades relacionadas às hortas e plantas aromáticas. Além disso, é necessário designar recursos adequados, tanto financeiros quanto materiais, para a criação e manutenção desses projetos. Isso pode envolver a aquisição de sementes, ferramentas de jardinagem, sistemas de irrigação e outros materiais necessários. Nessa perspectiva, Costa (2020, p. 29), após analisar projetos com a temática água, relata:

As escolas e os professores se mostram preocupados com tal questão, porém, o trabalho com Educação Ambiental ainda é incipiente. O consumo consciente da água é trabalhado apenas no cotidiano de sala de aula e não se trabalha atualmente com projetos pedagógicos específicos, em algumas escolas houve ações interessantes como a implantação de horta orgânica e jardim aproveitando a água que vinha do bebedouro e pias, e também projetos de arte e redação sobre o consumo adequado da água realizado com o apoio do SAAE (Sistema Único de Água e Esgoto), que mobilizaram as crianças e os jovens a pensar sobre a sua relação com a água, porém estas ações foram abandonadas com o tempo, mostrando que há um distanciamento, entre a conscientização e as ações práticas, que deve ser superado.

Além disso, é importante definir metas e objetivos claros para os projetos de EA. Isso envolve estabelecer indicadores de sucesso e formas de avaliação para

medir o impacto dessas iniciativas nos estudantes e na comunidade escolar como um todo. É preciso estabelecer critérios que permitam acompanhar o progresso e os resultados alcançados, a fim de garantir que os projetos sejam efetivos e atinjam seus propósitos educacionais e ambientais.

Outro ponto relevante é definir de que forma os projetos de EA serão incorporados ao currículo escolar. É fundamental estabelecer conexões claras entre os conceitos abordados nas aulas regulares e as atividades práticas relacionadas à horta e às plantas aromáticas. Isso pode ser feito por meio de planos de aulas integrados, em que os professores podem explorar tópicos como botânica, ecologia, ciência dos alimentos e sustentabilidade, de forma a fortalecer a aprendizagem dos estudantes.

4. Metodologia

O objetivo deste trabalho é investigar as principais ações ambientais realizadas nas escolas rurais do município de Alegrete, Rio Grande do Sul. Para isso, foi realizada a análise dos PPPs de todas as escolas rurais do município, a fim de identificar a existência das temáticas ambientais nesses documentos. Buscou-se compreender quais são as ações relacionadas a EA e de que forma são abordadas nos PPPs dessas escolas.

Para este trabalho foi realizada uma pesquisa documental qualitativa. A análise documental, como descreve Ludke e Andre (1986), pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. O autor afirma que:

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte "natural" de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. (LUDKE, 1986, p.38).

Quanto à análise dos documentos e interpretação dos dados foi adotada a metodologia baseada em Bardin (2006). Essa análise visa esclarecer as especificidades do campo da ação da análise de conteúdo. A autora define a análise documental como um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar num estado ulterior a sua consulta e referência.

Essa análise é composta por uma sequência organizada em: pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados. A pré-análise é composta por quatro etapas: (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referência dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (Bardin, 2006).

A exploração do material consiste na definição de categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registro (unidade de significação a codificar corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base,

visando à categorização e à contagem de frequência) e das unidades de contexto nos documentos (unidade de compreensão para codificar a unidade de registro que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registro). É uma etapa importante, porque vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase (Bardin, 2006).

Os materiais foram disponibilizados pelo Conselho Municipal de Educação por meio de documentos digitais exceto o documento referente a escola João André Figueira que constava no conselho somente via impressa. Logo na pré-análise dos PPPs foi feita a leitura flutuante e a identificação das palavras-chave referentes à Educação Ambiental. No corpo dos PPPs buscou-se palavras que remetessem à EA, à interdisciplinaridade e à sustentabilidade.

Na exploração do material foi confeccionada uma planilha com o nome da escola com os seguintes itens: consta no documento alguma referência sobre EA, qual tópico em que se encontra o tema e qual o trecho referente. E finalizou-se com a interpretação e o tratamento dos dados obtidos por meio da construção de um texto explicativo comparativo. Desta forma, quando observamos a composição desses documentos é possível identificar se a sustentabilidade está presente nas metas, objetivos e projetos da escola. Outro ponto importante foi quanto às temáticas contempladas pelos PPPs, se elas estão relacionadas aos problemas ambientais vivenciados pela comunidade local ou se apresentam de maneira geral.

A análise dos documentos permitiu ainda observar as diferentes visões que caracterizam as escolas rurais. Assim, dentro de uma análise qualitativa, que evidenciam as necessidades locais, possibilita uma ação reflexiva sobre a construção de um PPP mais responsável com o meio ambiente e com o futuro das novas gerações.

5. Resultados e Discussões

Para compreender a forma como a EA está inserida na educação do campo na cidade de Alegrete, foram analisados os PPPs das oito escolas rurais municipais. O interesse surgiu a partir das experiências vivenciadas durante a docência nessas escolas, em que muitas vezes o PPP abordava vagamente as temáticas ambientais.

Os PPPs foram recebidos a partir de uma mensagem eletrônica do Conselho Municipal de Educação. Apenas um dos PPPs foi entregue impresso, pois não constava o arquivo digital.

Na análise das informações gerais, constatou-se que sete dos PPPs analisados foram reformulados no ano de 2019. As alterações podem não ter sido feitas entre 2020 e 2022 por tratar-se de período pandêmico, que impactou no desenvolvimento das atividades escolares. Segundo orientações da Secretaria Municipal de Educação de Alegrete, os PPPs devem ser alterados no momento em que a escola achar pertinente.

Para realizar a análise documental, foi investigado se os documentos contemplam cinco categorias, consideradas primordiais para o bom desenvolvimento da EA, conforme fundamentação teórica. A primeira categoria foi a verificação da presença da EA no PPP. A segunda categoria investigada foi se existe o desenvolvimento de temáticas ambientais de acordo com as especificidades locais em que a escola está inserida. A terceira categoria foi verificar se o caráter

interdisciplinar da EA está presente e, as duas últimas, se os projetos de EA são nomeados e se estão definidos, elucidando as metas, os objetivos e os responsáveis por suas realizações.

O Quadro 1 apresenta as questões analisadas nos documentos. Foi utilizada a letra *P* para quando há a presença da categoria no PPP da escola e a letra *X* quando a categoria está ausente no documento.

| Escola | | CATEGORIAS ANALISADAS NOS PPPs | | | | |
|----------|--|----------------------------------|---|--|----------------------------|-----------------------------------|
| | | Presença da EA no corpo do texto | Temáticas ambientais apresentam as especificidades locais | Presença da interdisciplinaridade nos projetos | Consta o nome dos projetos | Clareza na descrição dos projetos |
| <i>A</i> | EMEB Costa Leite (Jacaquá) | <i>P</i> | <i>X</i> | <i>P</i> | <i>P</i> | <i>X</i> |
| <i>B</i> | EMEB Francisco Mafaldo (Catimbau) | <i>P</i> | <i>X</i> | <i>X</i> | <i>P</i> | <i>X</i> |
| <i>C</i> | EMEB Alfredo Leães Soares (Rincão do São Miguel) | <i>P</i> | <i>X</i> | <i>X</i> | <i>P</i> | <i>X</i> |
| <i>D</i> | EMEB Silvestre Gonçalves (Rincão do 28) | <i>P</i> | <i>X</i> | <i>X</i> | <i>P</i> | <i>X</i> |
| <i>E</i> | EMEB Murillo Nunes de Oliveira (Guaçu Boi) | <i>P</i> | <i>X</i> | <i>X</i> | <i>P</i> | <i>X</i> |
| <i>F</i> | EMEB Constantino de Souza Nunes (Inhanduí) | <i>P</i> | <i>X</i> | <i>X</i> | <i>P</i> | <i>X</i> |
| <i>G</i> | EMEB João André Figueira (Durasnal) | <i>P</i> | <i>X</i> | <i>P</i> | <i>P</i> | <i>X</i> |
| <i>H</i> | EMEB João Cadore (Angico) | <i>P</i> | <i>X</i> | <i>X</i> | <i>P</i> | <i>X</i> |

Quadro 1: Principais aspectos socioambientais constatados nos PPPs

Fonte: autoria própria

Foi verificado que todas as oito escolas rurais de Alegrete mencionam a Educação Ambiental em seus PPPs, embora de maneira vaga e fragmentada. Com

relação a interdisciplinaridade na EA, somente as escolas A e G explicitam desenvolver seus projetos de forma interdisciplinar. Nesse aspecto, é possível inferir que a interdisciplinaridade ainda não faz parte do currículo da maioria das escolas. Conforme Rossine (2021), a EA é um componente essencial no processo de formação e educação permanentes, com uma abordagem interdisciplinar, direcionada à resolução de problemas, contribui para o envolvimento ativo do público, torna o sistema educativo mais relevante e mais realista e estabelece maior interdependência entre estes sistemas e o ambiente natural e social, com o objetivo de um crescente bem-estar das comunidades humanas. Poderíamos definir como uma maneira de organizar e produzir conhecimento, buscando integrar as diferentes dimensões dos fenômenos estudados. Essa ferramenta desconstrói o modelo de ensino fragmentado e dissociado da realidade, por isso é muito importante que esteja pontuado nos PPPs das escolas.

Outro aspecto observado nos PPPs é que a EA é baseada no desenvolvimento de projetos de forma unânime, uma das metodologias ativas contemporâneas. Ao todo, foram identificados doze projetos diferentes nos PPPs, que são: Horta, Plantas Medicinais, Agroecologia, Plantas Aromáticas, EA Conceitual, Legislação Ambiental, Reaproveitamento das Águas, Coleta Seletiva, Compostagem, Viveiro Florestal, Plantas Indicadoras e Biodiversidade. O projeto da Horta está presente nas escolas A, C, D e E, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, pois permite o consumo de alimentos saudáveis. Dentre essas quatro escolas, somente a escola A trabalha concomitantemente ao projeto de Agroecologia.

O projeto de Plantas Medicinais foi identificado nos PPPs das escolas A e C, que partem do princípio de valorização do conhecimento popular. Os projetos de Plantas Indicadoras, Plantas Aromáticas e Plantas Medicinais foram citados apenas no PPP da escola C. Plantas indicadoras e aromáticas são maneiras de introduzir a EA de uma forma não convencional, promovendo um ensino que acompanhe as pesquisas inovadoras. Para tentar superar essa crise por meio da inserção de conhecimento sobre sustentabilidade e hábitos de consumo é possível resgatar o respeito pela natureza e consciência em relação ao meio ambiente.

Projetos relacionados à Coleta Seletiva estão presentes nos PPPs das escolas C e H. Na caracterização das escolas não foi possível a identificação clara quanto a como é realizada a coleta seletiva, se há saneamento básico, se a água é tratada ou qualquer outro ponto referente a essas questões. Quanto aos projetos envolvendo Reaproveitamento de Água constam nos PPPs das escolas A e C. Mesmo sendo um tema importante, não está presente em grande parte dos PPPs analisados.

O projeto intitulado Legislação Ambiental, está presente nos PPPs das escolas A e C. A Legislação Ambiental pode ser trabalhada articuladamente aos projetos de Biodiversidade e EA.

Portanto, os PPPs podem ser descritos com mais clareza, pois não apresentam princípios, metas e objetivos dos projetos. Além disso, podem constar a forma como a EA será integrada ao currículo e a quem compete sua efetivação.

6. Considerações Finais

Por meio desta pesquisa, foi possível constatar que a EA está presente por meio de projetos em todos os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas rurais de do município de Alegrete. Esses projetos vão ao encontro dos temas propostos pela BNCC. O que demonstra que há mudanças, mesmo que lenta, na forma como a escola vê a EA, por meio da associação dos projetos com os conteúdos que fazem parte desses documentos.

Todas as escolas apresentaram projetos de EA, como a criação de hortas e o cultivo de plantas aromáticas, o que proporciona uma série de benefícios significativos para os estudantes. Essas iniciativas oferecem uma abordagem prática e envolvente para o ensino dos princípios da sustentabilidade e da conservação ambiental. Ao participar desses projetos, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar na prática os conceitos que aprendem em sala de aula, o que fortalece sua compreensão e conexão emocional com as questões ambientais.

Embora os projetos de EA sejam valiosos, eles constam de forma fragmentada e carente de informações nos PPPs analisados, demonstrando uma fragilidade dos temas ambientais. É necessário que as escolas detalhem de forma clara e precisa como essas iniciativas serão implementadas na prática. Isso envolve definir responsabilidades, alocar recursos adequados, integrar os projetos ao currículo escolar e estabelecer metas e formas de avaliação.

Outra questão importante é a necessidade de elucidar projetos ambientais que levem em conta os problemas locais nos PPPs, permitindo que os estudantes estabeleçam conexões diretas entre o conhecimento adquirido e sua realidade cotidiana. Assim, poderão observar e investigar os problemas ambientais em sua comunidade, compreender suas causas e consequências, e buscar soluções práticas e relevantes. Isso promove um aprendizado significativo, em que os estudantes podem ver a aplicabilidade do conhecimento em sua vida diária.

Na revisão de literatura realizada, os artigos encontrados sobre os temas ambientais ainda não deixam claro como é a realidade da EA nas escolas, embora já se tenha percebido um aumento de publicações nos últimos dez anos. Dessa forma, há muito o que se investigar para poder ter uma real visão da EA nas escolas rurais.

Muitos são os desafios enfrentados por aqueles que buscam efetivar a EA nas escolas e várias são as mudanças necessárias para minimizar os impactos ambientais causados pelo homem à natureza. Elaborar um PPP que viabilize ações de preservação e desenvolvimento sustentável é uma delas. Somente com um planejamento adequado e um comprometimento claro será possível concretizar e aproveitar ao máximo os benefícios dos projetos de EA.

Referências

- ANDRADE, M. C. P; PICCININI, C. L. Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular: retrocessos e contradições e o apagamento do debate socioambiental. In: Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), 9. **Anais eletrônicos** [...]. Juiz de Fora. 2017. Disponível em: <http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0091.pdf> Acesso em: 23 abr. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2006.
- BONMANN, P. A. **Realidades das escolas do campo: um olhar crítico sobre os espaços físicos, descasos, construção de políticas públicas e proposta pedagógica**. Monografia de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Departamento de Humanidades e Educação - Curso de Pedagogia, 2015.
- BORDIN, J; OTT, P. H. Planejamento para a Conservação da Biodiversidade: uma Abordagem Prática e Interdisciplinar de Ensino. **Revista Eletrônica Biodiversidade Brasileiras**. V.11.n. 3. 2021. Disponível em: <<https://revistaeletronica.icmbio.gov.br/BioBR/article/view/1797>> Acesso em: 12 nov. 2022.
- BRANCO, E. P.; ROYER, M. R.; BRANCO, A. B. de G. A Abordagem da Educação Ambiental nos PCNs, nas DCNs e na BNCC. **Nuances: Estudos sobre Educação**,

Presidente Prudente, v. 29, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5526>> Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política da Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/9795-99.htm>> Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Brasília MEC e SEF, 1998.

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Artigos, Trabalho, Educação, Saúde**. 7 (1).2009 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/?format=pdf&lang=pt>> Acesso: em jun. 2023.

CARNEIRO, B. S; OLIVEIRA, M. A. S; MOREIRA, R. F. Educação Ambiental na escola pública. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, V. 11, Nº 1: 25-36, 2016.

EFFTING, Tânia Regina. Educação Ambiental nas Escolas Públicas: Realidade e Desafios. Marechal Cândido Rondon, 2007. Monografia (Pós-Graduação *Latu Sensu* Planejamento Para o Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, 2007. Disponível em: <<http://ambiental.adv.br/ufvjm/ea2012-1monografia2.pdf>> Acesso em: fev. 2023.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Editora alternativa, 2004.

LIMA, Isaias Batista de. **Educação ambiental e interdisciplinaridade: da explicitação de conceitos nos PCNs e DCNEM à prática pedagógica no ensino médio**. [Livro eletrônico]: Isaias Batista de Lima, Suiane Costa Alves. - Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2022. Disponível em: <<https://www.uece.br/eduece/wp-content/uploads/sites/88/2022/04/Ebook-Educação-ambiental-e-interdisciplinaridade-da-explicação-de-conceitos-nos-pcns-e-dcnem-à-prática-pedagógica-no-ensino-médio.pdf>> Acesso em maio 2022.

LOUREIRO, C. B., LIMA, M. S. Ampliando o debate entre educação e educação ambiental. **Revista Contemporânea de Educação**. N º 14 – agosto/dezembro de 2012.

LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MENDES, O. A. B.; ARAÚJO, C. S. T.; BASTOS, S. M. C. A reciclagem como atividade educativa ambiental: relato de experiência desenvolvida no ensino fundamental. *Revista Polyphonia*, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 323–329, 2015.

MIOTTO, A; GONÇALVES R.C.; DINARDY. J.D.. **A inserção da educação ambiental nos documentos que norteiam os diferentes níveis de formação**. REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental, (1), 295–307. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/remea.v0i1.8583> Acesso em: março 2023.

MOREIRA, Tereza. **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais**. Ministério da educação, Secretaria de Educação Continuada. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2012.

MOURA, A. S; GENTIL, D. O. Guia Paradidático de Plantas Indicadoras da qualidade ambiental: um instrumento educativo para o ensino de Ciências Ambientais. **Revista eletrônica Educação Ambiental em Ação**.

ROSSINI, **INTERDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM DIÁLOGO SUSTENTÁVEL** Revista Prática Docente, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/348289355> Acesso em: junho 2023.

TRAJBER, R; SATO, M. Escolas Sustentáveis: Incubadoras de Transformações nas Comunidades. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** ISSN 1517-1256, v. especial; 2010. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3396/2054>.> Acesso em fev. 2023.

TRINCHÃO, G. M. C; SANTOS, D. M. dos; SANTOS, N. F. C. dos. (2022). Diálogos entre a Educação do Campo e o desenvolvimento local e sustentável. **Abatirá Revista De Ciências Humanas E Linguagens**, 3(5), 105–131. Disponível em <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/13872> Acesso em: fev. 2023.

UNESCO (2007) MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel. [Coordenação]. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf> Acesso em: maio 2023.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção coletiva. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

VIEIRA, D. S; SIMONARD, P; REGIS, A.; NASCIMENTO, R. ALVIM, G. Plantas Medicinais como proposta de intervenção na Educação Ambiental à luz da legislação vigente. **Revista eletrônica** Ed.21, 2023.